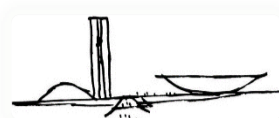


Pauta Congressista da Confederação Nacional de Municípios, contendo as principais matérias de interesse da Entidade, referente a semana do dia 15 a 19 de outubro de 2018.



PLENÁRIO ULYSSES GUIMARÃES / DATA: 17/10/2018, ÀS 11h

ITEM 1 – VETO 32/2018 (Piso dos Agentes Comunitários de Saúde). Ementa: Sessão do Congresso Nacional DESTINADA À DELIBERAÇÃO DOS VETOS NºS 32, 19 A 31, 33 E 34 DE 2018 e do Projeto de Lei do Congresso Nacional Nº 14 DE 2018.

Autor: Poder Executivo.

Posicionamento: Manter o VETO 32/2018. É importante entender que a supervalorização profissional além das competências e capacidades, a politização dos agentes e a atualização da legislação que regulamenta suas atividades tem acarretado uma gama de direitos e garantias trabalhistas aos ACS e ACE, porém sem agregar melhorias na qualidade das atividades e das ações desenvolvidas por estes. A matéria em ora está legislando de forma verticalizada e em desfavor dos Municípios, estabelecendo compromissos em um Programa criado pelo governo federal sem segurança jurídica, definindo cargos, carreiras, pisos salariais, jornada de trabalho e atribuições que impactam financeiramente os Municípios, além de desorganizar e engessar a gestão local.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL/ DATA: 17/10/2018, ÀS 10h, PLENÁRIO 2

ITEM 1 – PL 8894/2017 (FASEC). Ementa: Cria o Fundo de Atendimento a Situações de Emergência e de Calamidade Pública Decorrentes de Secas (FASEC) e dispõe sobre seus objetivos e sua gestão e sobre as fontes e a aplicação dos respectivos recursos.

Autor: Senador José Agripino (DEM-RN).

Relator: Deputado Átila Lira (PSB-PI).

Posicionamento: Aprovar.

ITEM 4 – PL 2800/2015 (Código Florestal). Ementa: Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, estabelecendo normas para a manutenção de imóveis residenciais e comerciais em Áreas de Preservação Permanente localizadas em perímetros urbanos.

Autor: Deputado Alceu Moreira (PMDB-RS).

Relator: Deputado Nilto Tatto (PT-SP).

Posicionamento: Aprovar o parecer do relator. A CNM entende que o PL 2800/2015 está ultrapassado, pois a matéria está regulada pelo Código Florestal, a partir de alteração feita pela Medida Provisória 759/2016. Ademais, a Confederação entende que, também é bastante prejudicial, pois é incoerente que imóveis de tamanhas proporções causem impacto ambiental baixo ou nulo, especialmente quando situados em APPs, que são áreas protegidas por serem ambientalmente importantes e sensíveis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA/ DATA: 17/10/2018, ÀS 10h, PLENÁRIO 1

ITEM 63 – PL 52/2011 (Certificação da Produção da Agricultura Familiar). Ementa: Institui o Sistema Nacional de Certificação da Produção da Agricultura Familiar e cria o Selo da Produção da Agricultura Familiar.

Autor: Deputado Assis do Couto (PDT-PR).

Relator: Deputado Patrus Ananias (PT-MG).

Posicionamento: Aprovar.



COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA/ DATA: 16/10/2018, ÀS 9h, PLENÁRIO 13

ITEM 11 – PLS 795/2015 (Econômico- Minas e Energia). Ementa: Determina o compartilhamento de postes pelas prestadoras de serviço público com os municípios, define os circuitos de iluminação pública como parte integrante de sistemas de distribuição e institui diretrizes para o serviço de iluminação pública; e altera a Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001, para instituir diretrizes para o uso racional de energia elétrica pelo serviço de iluminação pública.

Autora: Senadora Marta Suplicy (MDB-SP).

Relatora: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Posicionamento: Aprovar.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS/ DATA: 16/10/2018, ÀS 10h, PLENÁRIO 19

ITEM 10 – PLS 102/2015 (Social-Assistência Social). Ementa: Altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, que dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres e de resposta e de recuperação em áreas atingidas por desastres e sobre o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil, para dispor sobre a concessão de benefício às famílias durante os períodos de eventuais calamidades.

Autor: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC).

Relator: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Posicionamento: Aprovar.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E DE CIDADANIA / DATA: 17/10/2018, ÀS 10h, PLENÁRIO 3

ITEM 16 – PLS 228/2018 (Remuneração/Subsídio Agente Públicos). Ementa: Altera a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, para tipificar como crime de responsabilidade a omissão no envio ao Poder Legislativo da proposta de revisão geral anual da remuneração e do subsídio dos agentes públicos.

Autora: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Relator: Senador Hélio José (PROS-DF).

Posicionamento: Rejeitar. A justificativa a ser utilizada é a inviabilidade financeira para o seu cumprimento; as dificuldades legais advindas da própria legislação infraconstitucional e a desnecessidade pois o descumprimento de obrigação dessa natureza poderá, se assim quiserem avocar os órgãos de controle externo, improbidade e crime de responsabilidade.